

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 763, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional na carreira concedida ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5003253-61.2021.8.13.0704,em que foi julgado procedente o pedido avariado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, para o Nível II - Grau B da carreira, retroativa a 01 de Junho de 2021, com direito às promoções subsequentes após decorrido o prazo de 02 (dois) anos em cada nível, desde que preencha os demais requisitos, até que seja promovido ao nível da carreira cujo requisito de escolaridade seja equivalente ao título utilizado para este fim.

Resolve:

Art. 1º - Conceder a segunda Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no Anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5003253-61.2021.8.13.0704.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I						
Promoção por escolaridade na carreira de Policial Penal.						
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA	VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
13898846	REINALDO GOMES DA SILVA	PP	II	C	III	B

06 2085175 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 769, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no arts. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5190095-55.2021.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido avariado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referida legislação.

Resolve:

Art.1º - Conceder a segunda Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5190095-55.2021.8.13.0024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I						
Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Policial Penal.						
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA	VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU
1378700/7	DAVI RODRIGO CANTUARIO DE ALMEIDA	PP	III	C	IV	A

06 2085184 - 1

ATO DE RETIFICAÇÃO Nº 562/2025 – RETIFICAÇÃO AFASTAMENTO PRELIMINAR APOSENTADORIA

RETIFICA NO ATO N.º 586/2021 de Afastamento Preliminar Aposentadoria , referente aos servidores:

MASP: 1.081.585-0, ELIANO BOAVENTURA SILVA, por motivo de incorreção no Artigo de Afastamento Preliminar , publicado em 29/09/2021. Onde se lê: Art.148, §§1º e 4º do ADCT, acrescentado EC Nº104 de 2020, c/c LC Nº51, de 1985 .Leia-se: Art. 148, §§§§ 1º, 2º 3º e 4º do ADCT, acrescentado pela EC Nº 104 de 2002 c/c a LCº 51 de 1985

Ana Louise de Feitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos

06 2085431 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 323/2024, Joelson Fontes Dias, conforme PORTARIA/NUCAD/ CSet - SEJUSP/PAD Nº 323/2024, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, em 09 de outubro de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado no cargo de Policial Penal, SERGIO R. GOMES - MASP 1.38x.x24-9, pelo presente mandado para, tomar ciência do Despacho de Indiciamento, e apresentar as alegações finais e ficando a Comissão à disposição através do endereço de e-mail nucadjf.sejusp@gmail.com para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e de seus advogados, Dr. Gilberto de Souza Netto - OAB/RJ 167.336 e Dr. Jamir Roberto Ferreira de Sousa - OAB/RJ 144.702. SERGIO R. GOMES - MASP 1.38x.x24-9 - PROCESSADO NO PAD Nº 323/2024.

Juiz de Fora, 29 de maio de 2025

Joelson Fontes Dias  
MASP 1.171.622-2  
Presidente da Comissão

29 2081779 - 1

ATO 551, DE 04 DE JUNHO DE 2025

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA – ATO Nº 551/2025 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:

MASP 10797959, MARCOS MARIA BONTEMPO, - POLICIAL PENAL, Nível IV, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 02/06/2025.

MASP 7532732, FERNANDO SILVEIRA NUNES COSTA, EPPGG1 - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL, Nível I, Grau F, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 02/06/2025

MASP 14426571, LEONARDO ISAQUE DOS SANTOS SOUSA, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 27/05/2025.

MASP 12271714, FLÁVIO SERGIO DE REZENDE, PP4 - POLICIAL PENAL, Nível IV, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-2, a partir de 02/06/2025.

MASP 12011235, LEANDRO CASSIO DE LIMA, ASEDS - ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL, Nível III, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 03/06/2025.

MASP 12397311, ANTONIO DE PADUA PATARO DUTRA JUNIOR, PP - POLICIAL PENAL , Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 03/06/2025.

MASP 12288734, ALAN CHARLES MARQUES SOARES, PP - POLICIA PENAL, Nível III, Grau E, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 02/06/2025.

MASP 14358915, LEANDRO MELO SIQUEIRA, AGSE - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 02/06/2025.

MASP 12112231, WAGNER TEIXEIRA DA SILVA, PP - POLICIAL PENAL, Nível III, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 02/06/2025.

Ana Louise de Freitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos  
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 2085427 - 1

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1174941-3, DAVISON BRUNO AZEVEDO DA SILVA, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, da Diretoria de Transportes, para a Diretoria de Compras, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0099669/2025-61.

Belo Horizonte, 06de junhode 2025.

ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 2085424 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 239/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 1º de junho de 2023, bem como no Parecer nº 366/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2025, aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao processado EDNEI PEIXOTO DE MACEDO - MASP 1.448.523-9, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado na Penitenciária de Pará de Minas I - Doutor Pio Soares Canedo, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto nos art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, e art. 250, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e da advogada Bárbara Ferreira OAB/MG 215.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 5 de junho de 2025.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 501/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 16 de dezembro de 2023, bem como no Parecer nº 319/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC/2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dias ao processado RONILSON GUIMARAES DANTAS FALCAO - MaSP 1.095.781-9, Policial Penal nomeado para cargo em comissão DAD-5, admissão 3, lotado no Presídio de Mariana I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 5 de junho de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 044/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 15 de fevereiro de 2023, bem como no Parecer nº 326/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC/2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias ao processado WILLIAN BATISTA DE AMORIM - MaSP 1.199.937-2, ocupante do cargo de policial penal, admissão 3, lotado no Presídio de Paracatu I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único e artigo 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e da advogada Gizainy Nara dos Santos OAB/MG 186.216. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 5 de junho de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Cristiano Augusto Vieira Dias, Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº: 324/2025, publicada no Minas Gerais de 30 de maio de 2025, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 324/2025, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único, da Lei Estadual nº: 869 de 05 de julho de 1952, publica por 08 (oito) dias consecutivos, a CITAÇÃO do processado FABRICIO C. F. DE SOUSA - MASP: 1.38x.x30-8, para tomar conhecimento dos fatos alegados na Portaria Inaugural. O servidor citado tem o prazo de 10 (dez) dias, a contar da oitava e última publicação deste edital para indicar provas, arrolar testemunhas e constituir advogado para acompanhar as apurações, devendo, se for o caso, enviar a esta

Comissão, no mesmo prazo, o Instrumento de Procuração e a Defesa Prévia, sob a pena de ser declarado revel. Durante o prazo concedido os autos do processo ficarão à disposição do processado na sede regional da 17ª RISP, Núcleo de Correções Administrativas, situado na rua Silvestre Ferraz, nº: 362, Bairro: Centro, Pouso Alegre/MG. E-mail para contato: corregedoria17risp@gmail.com.

Pouso Alegre, 04 de junho de 2025  
Cristiano Augusto Vieira Dias  
MASP: 1.357.838-0  
Presidente da Comissão

04 2084148 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Expediente

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO TRIPARTITE ESTADUAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Comissão Tripartite Estadual do Estado de Minas Gerais, nos termos da Portaria MMA nº 89, de 28 de março de 2022, e tendo em vista a necessidade de alteração do Regimento Interno da Comissão Tripartite Estadual do Estado de Minas Gerais, DELIBERA:

Art. 1º - O art. 5º do Regimento Interno da Comissão Tripartite Estadual do Estado de Minas Gerais passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º – As reuniões ordinárias da CTE do Estado de Minas Gerais ocorrerão bimestralmente."

Art. 2º - Esta alteração do Regimento Interno da Comissão Tripartite Estadual do Estado de Minas Gerais entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de junho de 2025.  
MARILIA CARVALHO DE MELO  
Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

06 2085525 - 1

## Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta para adequação à Legislação Ambiental do empreendimento abaixo identificado:

1) SDS Siderúrgica Ltda. / Siderúrgica Não Integrada, para as atividades de Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa, Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem, Sistema de geração de energia termoeleétrica, utilizando combustível fóssil, Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados e Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação,localizado no município de Seta Lagoas/MG, PA/Nº 5466/2020, classe 06. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura: 06/06/2025.

(a) Fernando Baliani da Silva

Diretor de Gestão Regional

06 2085300 - 1

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco – URA ASF, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – FEAM/URA ASF – CCP – 2025 (doc. SEI n. 112493578), referente ao empreendimento abaixo identificado: HG FOODS LTDA., CNPJ n. 21.718.267/0008-65 – avicultura (corte e reprodução), com número de cabeças de 1.160.000 – Martinho Campos - MG – (processo do TAC - SEI n. 1370.01.0015054/2021-48) – Classe 04. Vinculado ao processo administrativo de licenciamento ambiental – PA n. 15771/2019/001/2020. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do termo, em 29/05/2025.

Kamila Esteves Leal  
Chefe da URA Alto São Francisco.

06 2085649 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS: 1) Papa Entulho Leopoldina Ltda; Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação; Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos, Leopoldina/ MG, PA nº 17653/2025, Classe 2.

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

06 2085673 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Fera do Aço Indústria e Comércio Ltda., fabricação de estruturas metálicas e artefatos de treiflados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis, Vespasianol/ MG, Processo nº 17235/2025. 2) Posto Nossa Sra. de Fátima Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Itabirito/MG, Processo nº 17324/2025.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

\*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e de Operação - "Ampliação" (LAC1): 1) Mineração Belocal Ltda., lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Matozinhos/MG, PA/SLA/ Nº 3897/2024, ANMs: 832 457/2004 e 830 215/2004, Classe 4 (Conforme Lei nº 21 972/2016, Art 14, Inc. III, alínea b), CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 14/06/2028, na 124ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) realizada em 30/05/2025. Informa ainda que foi expedida Autorização para Intervenção Ambiental nº 2090.01.0029705/2024-26. Tipo de intervenção: corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em área de 13,4619 ha (82 unidades), Matozinhos/MG. Fitofisionomia: árvores nativas isoladas. Válida durante o prazo de vigência da licença. \*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e de Operação (LAC1): 1) Arjon Holding Ltda., extração de rocha para produção de britas e Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco, Ouro Preto/MG, PA/SLA/Nº 2639/2024 - ANMs: 830 661/2023 e 830 662/2023, Classe 4 (Conforme Lei nº 21 972/2016, art 14, inc III, alínea b), CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 30/05/2035, na 124ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) realizada em 30/05/2025. Informa ainda que foi expedida

Autorização para Intervenção Ambiental nº 2090.01.0029175/2024-77. Tipos de intervenção: intervenção em área de preservação permanente – APP – SEM supressão de cobertura vegetal nativa em área de 0,7058 ha; corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em área de 32,06 ha (327 unidades), Ouro Preto/MG. Fitofisionomia: Área de Preservação Permanente (0,7058 ha); Árvores Isoladas (32,06 ha). Válida durante o prazo de vigência da licença.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

06 2085499 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 153ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJI4w, no dia 04 de junho de 2025, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 152ª RO de 12/03/2025. APROVADA. 6. Processo Administrativo para exame de requerimento para intervenção ambiental em bioma Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração. 6.1 Município de Conselheiro Pena - Conselheiro Pena/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0031302/2023-13 - Tipos de Intervenções: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 2,4804 ha - Área Passível de Aprovação: 2,4804 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0, 2811 ha - Área Passível de Aprovação: 0, 2811 ha; Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Área de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 1,6035 ha - Área Passível de Aprovação: 1,6035 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação URFBio Doce. DEFERIDO. 7 Processo Administrativo para exame do Recurso ao indeferimento de processo de intervenção ambiental: 7.1 Mineração/ Mucuri Ltda./Fazenda Rio Mucuri do Sul - Poté/MG - PA/SEI/ Nº 2100.01.0035331/2021-70 – Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 3,8800 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha- Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Nordeste. INDEFERIDO.

Dorgival da Silva  
Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que o requerentes abaixo identificado solicitou: - LAS RAS: 1) Município de Materlândia, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Materlândia/MG, PA/Nº 17499/2025, classe 2.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas

06 2085478 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público, que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Agroservas do Brasil Ltda - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Unaí/MG - P.A. nº 02310/2004/005/2016. Classe 4 - Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 05/06/2025 (TAC nº 10/2025).

(a) Ricardo Barreto Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

06 2085550 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS: 1) José Lucas Jaques – Machado Jaques; Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Dolores de Campos/MG, PA nº 17529/2025, Classe 3.

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

06 2085396 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que promoveu a REORIENTAÇÃO de (LAC2) Licença de Operação Corretiva (LOC) para (LAC2) Licença de Instalação Corretiva concomitante com a Licença de Operação (LIC+LO) do processo administrativo de licenciamento ambiental abaixo identificado:\* Unifrigio Ltda. - Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc); Abate de animais de grande porte (bovinos, eqüinos, bubalinos, muare,etc); Secagem e salga de couros e peles; Usina solar fotovoltaica - Pirapora/MG - PA/SLA 621/2025 - Classe 5. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº. 2090.01.0005392/2025-75. Motivo: Correção na fase do licenciamento.

(a) Mônica Veloso de Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

06 2085552 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 136ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual:https:// www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJI4wno dia 05 de junho de 2025, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 135ª RO de 08/05/2025.APROVADA.6. Processos Administrativos para homologação do Termo de Composição Administrativa – TCA de adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - PECMA, conforme disposto no art. 43 da Lei 25.144/2025 e no § 3º do art. 8º do Decreto nº 48.994/2025.6.1 GSM Industria Comércio Importação e Exportação Ltda. - Operar atividade de Lavra a céu aberto de rocha ornamental (Quartzito), dentro dos limites da Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada de APA Municipal Barão e Capivara, sem a devida licença ambiental; Causar impacto negativo irreversível em área de influência de duas (02) cavidades naturais, devido à operação de Lavra a céu aberto de Rocha Ornamental (Quartzito), dentro dos limites da Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada de APA Municipal Barão e Capivara, sem licença do órgão ambiental competente que autorize tal impacto; Operar atividade de Pilha de rejeito/estéril de rocha ornamental (quartzito), dentro dos limites da polygonal do processo ANM nº 832.403/2008, em Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada de APA Municipal Barão e Capivara, sem a devida licença ambiental; Suprimir vegetação nativa, Bioma Mata Atlântica, em uma área total de 13.3186 hectares, situada dentro dos limites da unidade de conservação de uso sustentável, denominada de Área de Proteção Ambiental APA Barão e Capivara, para fins de atividades minerárias, sem prévia autorização ambiental; Retirar ou tomar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; (Código 106, 130, 106, 301-B, 302-A - Decreto 47.383/18) - Gouveia/MG - PA/CAP/Nº 756161/25 - AI/Nº 296523/2022. Apresentação: Diretoria de Autos de Infrção - DAINF.HOMOLOGADO.6.2 GSM Industria Comércio Importação e Exportação Ltda. - Operar atividade de Lavra a céu aberto Quartzito e atividade de Pilha de rejeito/estéril de rocha ornamental, no interior de unidade de conservação de uso sustentável, sem a devida licença ambiental; Executar atividade de Lavra a céu aberto de Quartzito, no interior de unidade de conservação de uso sustentável, causando impacto negativo irreversível em área de influência inicial de cavidade natural subterrânea, sem licença do órgão ambiental competente que autorize tal impacto; Suprimir vegetação nativa campestre em uma área comum total de 1,6410 hectare, para fins minerários, situada no interior de unidade de conservação de uso sustentável e em área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006 (Refúgio Vegetacional - Lei da Mata Atlântica), sem licença ou autorização do órgão ambiental; Retirar